

VIVA O 1.º DE MAIO!

À CLASSE OPERÁRIA, AOS TRABALHADORES, AO POVO PORTUGUÊS!

Nas vésperas do 1.º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, o Partido Comunista Português saúda calorosamente a classe operária, os assalariados agrícolas, os empregados, os trabalhadores da função pública, os camponeses, a intelectualidade, a juventude, os estudantes e as mulheres, toda a população laboriosa de Portugal, todos os que com a vanguarda organizada do proletariado português—o PCP—e em aliança com o MFA contribuíram decisivamente, ao longo de um ano de luta, para defender, consolidar e ampliar as conquistas democráticas do 25 de Abril e desenvolver, a partir do derrubamento do fascismo, um processo revolucionário apontado ao socialismo.

O Partido Comunista Português saúda, também, por ocasião do 1.º de Maio, a classe operária, os trabalhadores e os povos de todos os países, saúda de modo especial os povos das ex-colónias portuguesas, os povos dos países socialistas, os povos que se libertaram recentemente da opressão, do colonialismo, e do imperialismo, saúda e manifesta a sua solidariedade de combate para com os povos que vivem e lutam nas condições difíceis do fascismo que o povo português conhece bem por uma experiência de quase meio século. O povo português está solidário com todos aqueles que lutam pelo desanuviamento da tensão internacional, pela cooperação internacional, pela paz no mundo.

O povo português tem legítimas razões para comemorar com alegria o primeiro ano de liberdade e de paz. Os trabalhadores têm legítimas razões para neste novo 1.º de Maio lembrarem que seis dias depois do 25 de Abril o 1.º de Maio de 1974 comprovou a grandeza e o vigor da luta da classe operária e das massas trabalhadoras e a dinâmica popular complementar da dinâmica do movimento militar.

O 1.º de Maio de 1974 constituiu uma grandiosa afirmação de que a aliança Povo-MFA é a força motora da revolução portuguesa. O 1.º de Maio de 1975 confirmará o papel da classe operária e das massas trabalhadoras na construção de um Portugal democrático a caminho do socialismo.

II

As transformações económicas e sociais iniciadas com a nacionalização da banca, dos seguros, da electricidade, dos petróleos, da siderurgia, de quatro grandes empresas de transportes e as primeiras medidas de Reforma Agrária tornaram-se possíveis pelo reforço da aliança Povo-MFA e a sucessiva derrota pela acção das massas populares e dos militares progressistas de todas as tentativas da reacção para destruir as liberdades políticas e a situação democrática existente.

As históricas medidas decretadas pelo Conselho da Revolução e pelo quarto Governo Provisório, a partir do 11 de Março, marcam o início da liquidação do poder dos monopólios e dos latifundiários, abrem passagem ao aprofundamento da democracia, da democracia política para uma democracia política, económica e social, uma democracia a caminho do socialismo.

III

A consolidação das liberdades políticas e as transformações económicas e sociais em curso são a condição para a estabilização e desenvolvimento da economia e a base segura para o melhoramento das condições de vida das massas trabalhadoras e do povo em geral. Mas há que dar resposta no imediato às questões mais agudas que afectam a vida trabalhadora e do povo através da actualização do salário mínimo nacional e de outros salários mais baixos, da aplicação urgente das disposições recentemente aprovadas sobre o desemprego, de uma mais enérgica política de habitação.

A possibilidade de melhorar rapidamente as condições de vida das massas populares será forçosamente limitada pela grave situação em que os monopólios e latifundiários deixaram a economia nacional e pelas dificuldades que a sabotagem económica está criando.

A transformação revolucionária da economia portuguesa não se fará apenas pelas disposições de cima, governamentais, de nacionalização e Reforma Agrária. São as massas trabalhadoras quem, pela sua acção e pela sua luta, decidirá do sucesso ou insucesso destas disposições. São as massas trabalhadoras que, pela sua intervenção maciça, combativa e criadora, poderão transformar uma economia atrasada, dominada pelos monopólios, baseada na exploração, numa economia florescente, libertada do parasitismo monopolista, onde a exploração vá sendo eliminada, para servir o povo e o País.

Tal é uma das principais tarefas revolucionárias que se coloca à classe operária e aos trabalhadores portugueses ao chegar o 1.º de Maio de 1975. A sua realização passa pela instauração do controlo dos trabalhadores nas empresas nacionalizadas, pela sua intervenção nas diferentes fases do processo produtivo, pelo aumento da produtividade e da produção.

IV

As recentes eleições para a Assembleia Constituinte demonstraram que o povo português dá o seu apoio à orientação contida no pacto proposto pelo MFA e subscrito pelos partidos, dá o seu apoio ao processo revolucionário em curso, às transformações económicas e sociais ultimamente decididas, à linha de reconstrução da economia por uma via socialista, apontada pelo MFA.

Dar aplicação rápida às medidas de nacionalização e da Reforma Agrária, nacionalizar outros sectores-chaves da economia nacional, consolidar e prosseguir a revolução é a forma de corresponder à vontade do povo demonstrada nas eleições.

O Partido Comunista Português sublinha que a reacção embora esteja batida não está derrotada. É necessário manter a vigilância popular e reforçar a capacidade de pronta resposta a qualquer nova tentativa contra-revolucionária.

O Partido Comunista Português aponta aos trabalhadores e a todo o povo, como primeira tarefa da hora presente, a construção de um regime democrático a caminho do socialismo.

Assinalemos o 1.º de Maio com grandes acções e movimentações de massas populares (manifestações, desfiles e festas):

Pela unidade da classe operária e dos trabalhadores!

Pela unidade das forças democráticas!

Pela aliança Povo-MFA!

Pela consolidação e reforço do processo revolucionário!

VIVA O 1.º DE MAIO!

27 de Abril de 1975.



TRABALHADORES portugueses, filhos da classe operária de Portugal, as nossas vozes vibram hoje em uníssono com as dos proletários de todos os países num VIVA A CLASSE OPERÁRIA INTERNACIONAL, VIVA O 1.º DE MAIO DE 1975!

Hoje, nas grandes demonstrações do Dia Internacional do Trabalho, por sobre as diferenças de opinião e credos políticos ou religiosos, prevalecerá entre os trabalhadores da cidade e do campo de todos os países a sua única condição de trabalhadores.

Situações políticas e sociais diferentes determinarão compreensivelmente a forma e o conteúdo das comemorações do 1.º de Maio nas mais diversas latitudes. Lá onde terminou para sempre a exploração do homem pelo homem e onde o Socialismo implantou firmemente as suas bandeiras, os trabalhadores saudarão os êxitos do trabalho criador e da edificação de uma vida social nova na qual começam já a ser realidade as aspirações mais queridas da Humanidade. Lá onde os povos quebraram para sempre as algemas do imperialismo e do colonialismo novos horizontes de liberdade se rasgarão na sua frente para destinos promissores.

Na terra mártir do Vietnã e do Camboja calou-se em definitivo a voz dos canhões e a última a fazer-se ouvir foi a das armas vitoriosas dos heróicos patriotas do Vietnã do Sul. Ontem de madrugada, véspera deste glorioso 1.º de Maio de 1975, o povo trabalhador vietnamita, com a derrota da clique traidora de Thieu & C., conseguiu libertar-se para sempre da tutela imperialista e obter enfim o termo da guerra e o triunfo da paz. A sua vitória numa luta tão difícil e heróica enche de alegria todos os trabalhadores e homens progressistas de Portugal.

Também na República da Guiné-Bissau e em Moçambique e Angola — nesta, embora, sob nova ameaça do imperialismo e do neocolonialismo — uma outra vida desponta depois de 500 anos de opressão colonial. Sob o signo da luta libertadora vitoriosa dos seus povos e da Revolução de Abril em Portugal, laços fraternos de amizade e cooperação pacífica nasceram e ganham consistência entre os nossos povos na luta comum pela liberdade e a independência nacional dos nossos respectivos países. O internacionalismo proletário, de que o 1.º de Maio é a manifestação mais expressiva, tem agora nas relações entre os povos português e das ex-colónias uma feição nova. Lá onde o capital monopolista e os grandes senhores da terra mantêm o seu poder, o 1.º de Maio terá de ser uma ampla jornada de luta multiforme contra a exploração capitalista em defesa das reivindicações mais sentidas dos trabalhadores. Num mundo capitalista sacudido por uma das suas crises mais profundas e face a um mundo socialista que promoveu já a níveis nunca antes atingidos o bem-estar das massas populares, os trabalhadores farão o processo do domínio de classe da grande burguesia sobre os seus países e tirarão daí as suas conclusões políticas.

Para a classe operária portuguesa as comemorações deste 1.º de Maio inserem-se na luta popular pela consolidação das liberdades conquistadas, pelo desenvolvimento do processo revolucionário, pelo socialismo.

E se o dia 4 de Maio de 1974 significou a apoteose do 25 de Abril e a mais importante manifestação de massas registada em Portugal, numa afirmação poderosa de unidade e querer para a construção de um país verdadeiramente democrático, independente e livre, o 1.º de Maio de 1975 constituirá potente demonstração de uma nova consciência de classe e capacidade revolucionária dos trabalhadores da cidade e do campo para levar a cabo até às suas últimas consequências as tarefas actuais da revolução democrática portuguesa.

Portugal está no limiar de uma nova etapa da sua vida nacional como país historicamente constituído.

As medidas promulgadas depois do 11 de Março pelo Conselho da Revolução e pelo Governo Provisório correspondem aos avanços das forças democráticas em Portugal e ao amadurecimento político do operariado industrial e agrícola, e mesmo de muitos pequenos e médios agricultores, como sectores mais consequentes da população portuguesa, os mais interessados em reformas sociais profundas.

Correspondem também a uma crescente capacitação da componente militar do processo revolucionário português — o MFA — quanto à autoridade e ao papel dos

militares democratas e revolucionários nas transformações sociais e políticas do País.

Mas tais medidas exigem por sua vez um novo salto de consciência dos trabalhadores, um salto que se traduza em prática revolucionária imediata como condição imprescindível para uma participação cada vez mais activa e dirigente nesse processo transformativo.

Com as nacionalizações já feitas e outras a levar a cabo e com a promulgação de uma Reforma Agrária que expropria os grandes senhores do latifúndio de largas parcelas de terra, até agora subtraídas à utilização pública, inicia-se uma fase transitória de colectivização dos sectores básicos da economia nacional sem a qual é impossível pensar em resolver problemas intrincados e imediatos do País e ainda menos preparar as condições essenciais para a passagem a novas formas, socialistas, de produção e distribuição das riquezas.

A transição para o socialismo — que implica levar até ao fim as tarefas de uma revolução democrática socialmente dirigida pela classe operária e politicamente conduzida pelas vanguardas das duas componentes motoras do processo revolucionário — exige dos trabalhadores uma rápida tomada de consciência para essa participação dirigente.

Participação dos trabalhadores em todo o processo produtivo numa direcção compartilhada pelo Estado nos sectores nacionalizados; crescente democratização do aparelho de Estado pelo desalojamento dos inimigos do processo e dos burocratas empedernidos dos pontos-chave de direcção estatal da economia nesta fase transitória, necessariamente orientada para a liquidação dos monopólios.

As eleições de 25 de Abril e os seus resultados mais vieram acentuar as exigências dessa rápida tomada de consciência da classe operária.

O «pacto» entre o MFA e os partidos políticos que retardou as eleições até que não fosse assinado, pelo menos pelos partidos da coligação governamental, estabeleceu claramente o condicionalismo do acto eleitoral e o seu significado real no processo revolucionário.

Ficou claramente estabelecido que:

- 1.º — As eleições se destinavam exclusivamente a uma Assembleia Constituinte que deverá elaborar e aprovar uma Constituição, válida para um prazo limitado;
- 2.º — As linhas gerais da Constituição serão definidas previamente entre o MFA e os partidos da coligação que assinaram o «pacto»; a Constituição deverá sancionar as conquistas revolucionárias a partir do 25 de Abril e deverá ser igualmente submetida à aprovação da Assembleia do MFA e do Conselho da Revolução; finalmente
- 3.º — O resultado das eleições não altera o processo revolucionário rumo ao socialismo nem a composição política dos órgãos do Poder, nomeadamente o Governo Provisório.

E um facto perturbador verificar a conduta do partido que maior votação obteve nas eleições, nos dias que se têm seguido ao acto eleitoral.

O Partido Socialista comete um grave erro de cálculo se atribui à sua força e influência reais no eleitorado os números substanciais que o fizeram eleger 116 deputados para a Assembleia Constituinte. Qualquer português medianamente informado sabe que o voto socialista de muitos milhares de eleitores só por uma questão de fonética tem a ver com o Partido Socialista.

Noutro lugar o dizemos: a opção socialista do MFA foi tomada por muitos eleitores menos esclarecidos como uma opção no Partido Socialista — o que é, como todos sabemos, uma interpretação sem fundamento.

Para os eleitores menos esclarecidos — e o breve inquérito da RTP mostra, com evidência, o grande esclarecimento de uma grande massa de eleitores — o Partido Comunista queria impor o «Comunismo» ao passo que o Partido Socialista é que tinha o monopólio do «socialismo». O PS sabe que isto não é verdade e no entanto cultivou, à larga, este primarismo de muitos e muitos filhos do nosso povo ontem mentidos na ignorância pelo regime fascista, hoje manipulados por caciques ao serviço da reacção mais obscurantista.

O PS sabe muito bem aquilo que milhares de portugueses e portuguesas não sabem, no dia das eleições, é, que o Partido Comunista inscreve no seu programa na sua bandeira de luta, o Socialismo, como etapa de uma sociedade nova que caminhará irresistivelmente para o Comunismo. Mesmo nos socialistas, a passagem à fase comunista não está na ordem do dia. Mesmo na União Soviética, 57 anos depois da Grande Revolução Socialista de Outubro, não começam a alargar-se as bases técnicas, científicas e culturais para passar à sociedade comunista.

O PS sabe muito bem, igualmente, que há uma concepção diametralmente oposta entre o seu «socialismo» e aquele que constitui a opção do MFA e mais ainda que se aponta no programa do PCP.

E este é um outro facto perturbador: que o socialismo preconiza o PS para Portugal? Com que pensa o PS aliar-se para edificar o seu socialismo?

Ou, melhor ainda, que espécie de revolução política defende o PS, que classe aponta para atingir essa revolução?

Como se pode interpretar a nova guinada anticomunista dos dirigentes do PS e a sua arrogância em relação aos comunistas portugueses?

Numa clara alusão à política do PCP, deturpada pelo secretário-geral do PS, dr. Mário Soares, disse a italiana «La Stampa» que era contra todas as opções «mesmo a do proletariado». Há nisto, uma linha quente quando se vê o namoro dos dirigentes do PSD e até mesmo a sua aliança com a AOC, que partidária da ditadura do proletariado, mas para esconder a sua cara de divisionista (frustrado) da operária ao serviço da reacção ou a «tocante» defensora do MRPP que se define, claramente, como o inimigo do processo revolucionário e do MFA, com quem o PS nou o «pacto».

Na entrevista ao jornal «A Capital», de 28 de Maio, o dr. Mário Soares, que se entretém a atacar e a insultar o PCP, ao referir a sua concepção de socialismo não quer expor o País a grandes riscos e eventuais afectem o viver concreto de todos os portugueses. Todos? Mesmo os que nascidos em Portugal não tiveram grandes riquezas a custa da exploração dos senhores dos trabalhadores portugueses?

Na referida entrevista faz a certa altura o secretário-geral do PS, uma defesa cerrada da Aliança Anticomunista «La Stampa» disse que o resultado das eleições «deveria vir para superar a situação difícil do diálogo na Europa».

Não quererá isto dizer que os dirigentes do PS se preparam para tentar impor a Portugal uma ditadura burguesa, um «socialismo» social-democrata, que à prática o tal «compromisso histórico» com os monopólios para que estes continuem a explorar, com total liberdade, os trabalhadores portugueses?

São problemas como este, de natureza ideológica e política, que hoje, 1.º de Maio de 1975, se colocam à classe operária e a todos os trabalhadores portugueses.

Pensamos que todos os que têm participado activamente na política em Portugal, estão hoje em condições de reconhecerem que o «socialismo em liberdade», preconizado pelo MFA — que é na sua essência anticomunismo e antipovo — dos mais grosseiros — não é o mesmo preconizado pelo MFA, como o dr. Mário Soares procura fazer-nos esquecer. É uma questão que aos «capitães» do 25 de Abril não deslindar.

Não será, com certeza, o «socialismo em liberdade» do ex-general Spínola, que tinha, como se sabe, uma importante comunicação a fazer ao País, pela rádio e talvez a ser lida por uma voz de intonações mais justas?

Hoje, os trabalhadores portugueses afirmam a sua força da sua unidade, a sua determinação de levar até ao fim o actual processo revolucionário e defender como garantia, mais séria do avanço da democracia em Portugal a aliança Povo-MFA.

A presença de destacados dirigentes do MFA na manifestação grandiosa deste 1.º de Maio de 1975, em nome dos trabalhadores, indica que as verdadeiras forças da Revolução em Portugal, continuam empenhadas em lutar por diante o processo revolucionário contra as forças dentro e fora do País que querem entrar a sua marcha.

1.º de Maio



